

INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA AEP - ASSOCIAÇÃO EMPRESARIAL DE PORTUGAL, JOSÉ ANTÓNIO FERREIRA DE BARROS, NA SESSÃO DE CONTINUIDADE AESE, SOB O TEMA «RESOE – UMA NOVA MACRO-REGIÃO EUROPEIA», NO PORTO PALÁCIO - CONGRESS HOTEL & SPA, NO DIA 25 DE OUTUBRO DE 2011.

**MACRO-REGIÃO DO SUDOESTE EUROPEU
"RESOE"**

A História da nova Macro-Região:

1. A política europeia de desenvolvimento regional ter-se-á iniciado em 1975, com a criação do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, ERDF. Esta política viria a ser reforçada com a adesão conjunta de Portugal e da Espanha à Comunidade Económica Europeia (CEE), em 1986. O Acto Único, em 1987, viria reforçar aquelas políticas procurando esbater as disparidades entre as diversas regiões e, sobretudo, reduzir as diferenças com as regiões menos favorecidas. Com o Tratado de Maastricht reforçam-se as políticas de coesão económica e social e é criado o Fundo de Coesão, do qual irão beneficiar particularmente Portugal e a Espanha.

No início dos anos 90 surgia o primeiro programa INTERREG para reforçar a cooperação transfronteiriça, muito centrado em infra-estruturas.

Em 1994 seguia-se o programa INTERREG II, no qual novas formas de cooperação transfronteiriça foram incluídas. Em 1995, quando estava à frente da NORPEDIP – Sociedade de Capital de Risco, constituí com os nossos colegas da SODIGA, sociedade de capital de risco galega, um Fundo de Capital de Risco INTERREG para apoiar novos projectos de empresas de ambos os lados da fronteira. Seguiu-se o programa INTERREG III, a partir de 2000, visando fortalecer a coesão e a cooperação transfronteiriças entre a Região Norte de Portugal e a Galiza.

A Xunta de Galicia e a Região Norte de Portugal constituíram uma Comunidade de Trabalho, em 31 de Outubro de 1991. Em 24 de Fevereiro de 2006 procedeu-se à adaptação dos seus conteúdos ao disposto no Tratado entre o Reino de Espanha e a República Portuguesa sobre cooperação transfronteiriça entre Instâncias e Entidades Territoriais, assinado em Valência no dia 3 de Outubro de 2002.

2. A Junta de Castilla y León e a Região Norte de Portugal tem vindo a desenvolver as suas actividades de cooperação através de uma Comunidade de Trabalho constituída em Bragança, em 19 de Janeiro de 2000. Em 27 de Janeiro de 2009 procedeu-se à adaptação dos seus conteúdos ao disposto no referido Tratado de Valência.

3. Na sequência destes acordos, e com o objectivo de favorecer e de aumentar a cooperação entre aquelas três regiões, agora na perspectiva das macro-regiões europeias, os Presidentes da Xunta de Galicia, da Junta de Castilla y León e da CCDRN acordaram constituir um organismo sem personalidade jurídica, a Macro-Região “Regiões do Sudoeste Europeu”, adiante denominada abreviadamente por “RESOE”.

“Consideram que a escala macro-regional é a mais adequada para a implementação de determinadas políticas, especialmente nas áreas da economia do conhecimento e da sociedade digital, do ambiente, do emprego, da cultura ou do turismo. Em consequência, os signatários decidem juntar esforços nas suas áreas de relacionamento externo, cooperando de forma coordenada sempre que se vier a revelar ser necessário defender os seus interesses comuns em diferentes instâncias.

Decidem ainda que procederão ao desenvolvimento de uma estratégia conjunta, assim como de projectos comuns e que procederão à sua apresentação junto das instituições nacionais, quando tal for necessário, e aos organismos europeus, à troca de informações e ao fomento da participação mútua nos diferentes espaços de cooperação transfronteiriça, inter-regional e transnacional nos quais os signatários participam. Perante o cenário definido pela “Estratégia 2020 da União Europeia”, a qual visa um crescimento mais forte, sustentado e inovador, nomeadamente através de um novo quadro de governação económica, as partes signatárias acordam em vir a solicitar às instâncias competentes o aumento dos fundos comunitários destinados à cooperação territorial, tendo como referência os montantes disponíveis durante última década do século XX” (fim de citação).

4. Deste modo, reunidos em Valladolid, em 17 de Setembro de 2010, os Presidentes da Xunta de Galicia, Alberto Núñez Feijóo, da Junta de Castilla y León, Juan Vicente Herrera Campo e da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte de Portugal, Carlos Cardoso Lage, deliberaram constituir um organismo sem personalidade jurídica designado como Macro-região “Regiões do Sudoeste Europeu”, adiante denominada abreviadamente por “RESOE”.

5. Tendo sido convidados a participar nas primeiras reuniões sobre este tema, na CCDRN, em 28 de Dezembro de 2010, e em 24 e 25 de Janeiro de 2011, a AI Minho e a AEP deram-se de imediato conta da importância desta nova organização europeia, designadamente pela capacidade de concorrer aos fundos comunitários, no horizonte do novo Quadro Comunitário 2014 / 2020. Recorde-se que existem já as Macro-Regiões do Báltico e do Danúbio, criadas com diferentes objectivos, mas visando a mesma finalidade, e foi recentemente criada a Macro-Região Adriático-Jónica, com idêntica finalidade.

6. As especiais relações, históricas, culturais e de vizinhança existentes entre Galicia, Castilla y León e a Região Norte de Portugal têm permitido estabelecer múltiplos e sólidos laços entre aquelas Comunidades de Espanha e a Região Norte de Portugal. Castilla y León, Galicia e a Região Norte de Portugal partilham a fronteira entre Espanha e Portugal e esta situação geográfica constitui um dos aspectos comuns que caracterizam as respectivas identidades regionais.

Os Presidentes das três Regiões signatárias da RESOE acordaram ainda solicitar às instâncias competentes o aumento dos fundos comunitários destinados à cooperação territorial, tendo como referência os montantes disponíveis durante última década do século XX, visando algumas áreas onde foram já detectados interesses comuns, a saber:

Economia e Indústria

No sector industrial assinala-se a importância que o sector automóvel apresenta no espaço desta Macro-região. Nesta matéria, e face aos desafios colocados pela actual crise económica a que se associou uma retracção no consumo, torna-se pertinente a realização de trocas de experiências por parte dos agentes de promoção económica visando a dinamização deste sector estratégico e os seus incentivos ao consumidor final.

Considera-se ser fundamental dentro do sector automóvel o estabelecimento de alianças estratégicas entre a indústria de montagem e os fabricantes de componentes dada a sua importância para a Macro-região, fomentando a criação de clusters empresariais em sectores de actividade comum, nomeadamente envolvendo os centros tecnológicos especializados e as Universidades, *particularmente no desenvolvimento da tração automóvel eléctrica e da sua relação com a produção eólica de energia eléctrica, explorando a capacidade das baterias acumuladoras daqueles veículos funcionarem como armazenamento de energia em horas nocturnas.*

Destaca-se também na Macro-região o estratégico sector alimentar e agro-alimentar que interligam a produção com a indústria de transformação. A evolução das tendências de consumo assim como a necessidade de assegurar os abastecimentos com origem nos produtores locais motivam a definição de estratégias comuns baseadas em trocas de experiências, tanto públicas como privadas, em torno de produtos de qualidade, novos produtos e em canais de distribuição.

Especial realce cabe à cadeia de valor ligada ao "cluster da moda", criada através das alianças estratégicas entre os diferentes intervenientes desde a produção até à comercialização da indústria têxtil, a moda, os acessórios, o calçado e a decoração, por constituir um importante sector no que respeita à criação e à manutenção do emprego.

Neste contexto, importa introduzir no âmbito macro-regional, os sectores que pela sua importância para o mundo rural e pela possibilidade de virem a contribuir para a cadeia de valor com matérias-primas geradas localmente, se constituam num motor para a referida criação de emprego. Especial atenção devem merecer as actividades relacionadas com a Madeira e o Mobiliário, assim como com as Pedras Ornamentais ou com as Energias Renováveis, como a eólica, a hídrica ou a solar.

Educação, Universidades e Investigação

No âmbito universitário, é de reconhecido interesse a criação de um espaço de excelência universitária dentro do Espaço Europeu de Ensino Superior que implique as Universidades da Macro-região, que aumente a oferta de licenciaturas comuns e fomente o intercâmbio de alunos e de professores, assim como a melhoria da investigação e a docência.

Igualmente, no campo da investigação científica e tecnológica, dever-se-á fomentar de forma especial o intercâmbio de experiências e a realização de programas conjuntos focando-se nas componentes científicas das áreas estratégicas, assim como na partilha de experiências em matéria de programas de apoio à relação Universidade-Empresa, Internacionalização em matéria de I+D+i, e dos modelos de financiamento dos respectivos sistemas.

Assim, à luz da experiência de trabalho obtida já pelo conjunto das Universidades e Centros de Investigação da Macro-região em áreas como a nanotecnologia, a oftalmologia e outras orientadas para a investigação, nas licenciaturas e pós-graduações e na transferência de conhecimento para as empresas do sector, dever-se-á dar continuidade e desenvolver a cooperação nestas áreas bem como nas suas aplicações a outros campos.

Âmbito laboral

A área laboral viu já surgir importantes trabalhos conjuntos realizados no âmbito de projectos europeus, os quais pretendem contribuir para o aumento da mobilidade transfronteiriça através do emprego, da formação profissional e do trabalho em comum dos gabinetes e centros de emprego, visando a dinamização e a articulação dos mercados deste sector nos dois lados da fronteira.

Procurar-se-á atingir um emprego mais qualificado e melhores condições de trabalho, facilitar a permuta de conhecimentos e de experiências, *promover a certificação e o reconhecimento bilateral das competências profissionais e tecnológicas*, comprometendo-se no sentido da realização de acções e de programas de forma coordenada tanto à escala territorial como sectorial, naqueles onde se possam vir a obter sinergias quando se encontrarem previstas actividades com o objectivo concreto de aproveitar as experiências positivas em matéria laboral no desenvolvimento de projectos inovadores, assim como de contribuir conjuntamente para a legislação comunitária neste âmbito, ou visando a modificação da regulamentação actualmente existente.

Ambiente

A Macro-região conta com um notável património natural, o qual proporciona múltiplas possibilidades de cooperação nesta matéria, pelo que se deverá perseguir o reforço das actividades que se destinem a vir a obter uma melhor coordenação na gestão por parte das administrações ligadas aos territórios portadores de valor, que integrem a sua rede de espaços naturais classificados e, de uma forma particular, vir a desenvolver uma gestão coordenada dos espaços naturais declarados como protegidos assim como dos que integram a Rede Natura 2000, actividades que certamente se repercutirão de forma positiva na sua difusão e na sua conservação.

Neste sentido, procurar-se-á efectuar o aproveitamento dos equipamentos e dos elementos existentes destinados à melhoria do conhecimento da biodiversidade e da etnografia destes espaços, tanto em favor da sua fruição por parte da população, como através de campanhas dirigidas a sectores específicos como por exemplo, os jovens.

A Macro-região conta com territórios de uma importante riqueza florestal e ambiental, sendo que os incêndios florestais que neles surgem geram consequências nos territórios envolventes. Neste sentido, dever-se-á reforçar a gestão coordenada que permita a intervenção de cada uma das partes nos incêndios que venham a ter lugar no território das restantes, favorecendo ainda a troca de experiências em matéria de prevenção e de formação.

Especial atenção deverá ser dada às questões fitossanitárias, e às ameaças que se prefiguram nesta área, como o *nemátodo do pinheiro*, privilegiando a vertente de investigação das espécies que actualmente ocupam uma maior extensão territorial, assim como às espécies florestais mais nobres e de crescimento lento.

Cultura e Turismo

Os membros da Macro-região partilham entre si um vasto património histórico e cultural, e, por esse facto, deverão estudar e desenvolver projectos comuns nestes sectores. Em concreto, apoiando a gestão coordenada de programas de desenvolvimento local e territorial ligados aos bens patrimoniais, às manifestações artísticas de especial relevância comum como os bens arqueológicos e a arte rupestre, aos monumentos relacionados com a época do românico, ou com o património etnográfico comum. Será ainda dada uma particular atenção às indústrias criativas como expressão da modernidade cultural apresentada por este espaço geográfico.

Deverão ser considerados projectos comuns, estabelecendo canais de comunicação e actuações conjuntas em matéria de promoção cultural, procedendo à troca de informação no que respeita a arquivos e a bibliotecas, cooperando na definição de acções conjuntas de dinamização ou de difusão de recursos comuns, de que a promoção dos Caminhos de Santiago será um exemplo, assim como para o estabelecimento de rotas e de itinerários culturais e turísticos conjuntos nomeadamente os classificados pela UNESCO como Património da Humanidade, ou outras que as partes venham a identificar.

Acessoriamente, a gestão conjunta dos seus valores, assim como a promoção articulada dos respectivos destinos turísticos poderá vir a gerar uma maior eficácia no que respeita à captação de turistas através da utilização do âmbito territorial alargado em favor de um único destino no qual desenvolvem as suas competências as regiões integrantes da Macro-Região.

Transportes e Logística

A Macro-região considera e afirma que os seus membros devem e podem partilhar estratégias no sentido de virem a obter sinergias e a atingir um maior impacto e eficiência nas acções que desenvolvam em todos os modos de transporte e de logística. A Comissão Europeia adoptará o Livro Branco sobre o futuro dos transportes, o qual incluirá um Programa de Acção até 2020, sendo em consequência necessário integrar as acções que tal Livro Branco virá a determinar e que serão cruciais para atingir o objectivo da modernização do sector dos transportes, comprometendo-se os signatários a apoiar a rede que estructure todos os territórios das partes, incluindo os espaços e as populações para que os mesmos possam vir a ser influenciados pelos impactos positivos e as sinergias que uma rede de transportes e de logística implica.

Os membros da Macro-região salientam o interesse comum que apresentam tanto os transportes como a logística pelas suas especificidades territoriais e destacam a necessidade de que estas políticas venham a ter incidência na estratégia UE 2020, considerando o seu grande potencial e dada a importância das iniciativas nela previstas, destinadas a promover o transporte com emissões reduzidas, o desenvolvimento de tecnologias inovadoras, as redes de transporte e a logística eficientes, a solução de problemas como o congestionamento de tráfego, assim como o fomento das interligações de redes e de modos de transporte.

Neste contexto, e tendo como referência a estratégia que as autoridades comunitárias se encontram a desenvolver no sentido da existência de uma política marítima integrada, as auto-estradas do mar e a modernização do sistema de transporte são consideradas cruciais na medida em que este sector constitui um elemento decisivo da economia. Desta forma, a integração de políticas sectoriais permite visualizar uma estratégia em favor do reforço do hinterland dos portos e das plataformas dos membros da Macro-Região mobilizando os numerosos recursos do território de maneira a que a grande oportunidade que surge através da existência dos portos atlânticos venha a reverter em favor do conjunto dos cidadãos da Macro-região. Por esta razão, estas regiões desenvolverão esforços no sentido de se virem a juntar às iniciativas que se estruturam já tanto ao nível regional, como nacional e europeu.”

7. Em 18 de Fevereiro reunimos, em Vigo, com a CEP – Confederação Empresarial de Pontevedra, num primeiro encontro com os nossos tradicionais parceiros na cooperação transfronteiriça, para troca de informações sobre o estado do conhecimento sobre a nova Macro-Região.

8. Em 21 de Fevereiro reunimos com a CECALÉ – Confederação das Organizações Empresariais de Castela-Leão, tendo constatado que o tema era bem conhecido, havia já reuniões em curso com o governo autónomo de Castela-Leão, e onde percebemos que o interlocutor mais bem posicionado na Galiza era a CEG-Confederação de Empresários da Galiza. Nesta reunião deliberámos solicitar de imediato três reuniões com os Presidentes dos governos das três Regiões subscritoras da RESOE, Juan Vicente Herrera, de Castilla y León, Alberto Nunes Feijó, da Galicia e Carlos Lage, da CCDRN. Em Valladolid, foi explicada a vontade da liderança política do projecto, embora acolhendo com interesse as nossas propostas e apoio. Nesta reunião ficou absolutamente claro que os 6 temas estavam já distribuídos, sem qualquer dúvida, pelas três regiões interessadas, tendo Castela Leão ficado com 1. Economia e Indústria e 2. Transportes e Logística.

9. Finalmente, em 3 de Março, reunimos em Santiago de Compostela, com a CEG -Confederação de Empresários da Galiza.

10. Assim, os Presidentes das Confederações Empresarias da Galiza (CEG) e de Castela Leão (CECALE), D. Antonio Fontenla e D. Jesús Maria Terciado, e o Presidente da AEP, José António Barros, foram recebidos, no dia 21 de Março, pelo Presidente da CCDRN – Região Norte, Dr. Carlos Lage, acompanhado pela Vice-Presidente Professora Doutora Ana Teresa Lehmann, no Porto; no dia 30 de Março, em Valladolid, pelo Presidente do Junta de Castela Leão, D. Juan Vicente Herrera, acompanhado pelo Conselheiro Provincial da Economia; e no dia 1 de Abril, em Santiago de Compostela, pelo Presidente da Junta da Galiza, D. Alberto Nunes Feijó, acompanhado pelo Conselheiro da Presidência, D. Alfonso Rueda, e pelo Conselheiro da Economia.

Em Santiago de Compostela, com o Presidente Alberto Nunes Feijó e o Conselheiro da Presidência Alfonso Rueda, claramente o homem mais forte e próximo do Presidente, foi igualmente afirmado que os 6 temas estavam já distribuídos, ficando para a Galiza o tema 3. Universidades e Investigação e 4. Emprego, Relações e Mobilidade Laboral, e, para o Norte de Portugal, os dois temas restantes, 5. Cultura e Turismo e 6. Ambiente e Energia.

Nesta reunião foi, ainda, confirmada uma afirmação feita na reunião de Valladolid, que o projecto da RESOE tinha sido formalmente apresentado em Bruxelas, dois dias antes, (em 30 de Março) pelo Conselheiro Alfonso Rueda, em nome e em representação das três regiões, ou seja, da RESOE, que nos relatou a reunião. O seu principal interlocutor foi um Comissário Europeu, da Letónia, que participou na elaboração do projecto da macro-região do Báltico, e, portanto, favorável ao nosso projecto. Foi referido que a nossa Macro-Região era ainda muito pequena, e seria importante que ganhasse maior dimensão e escala, anexando outras regiões, as Astúrias e a Cantábria, em Espanha, a região Centro de Portugal, e a Aquitânia do Sul, a Bretanha e até a Baixa Normandia, em França.

Foram feitas referências às Regiões do Báltico, do Danúbio e Adriático-Jónica, seus objectivos, quantificação económica e populacional e peso político, em face do número de Estados Membros que as integram.

Foi referido que, no horizonte de 2014 – 2020 os fundos comunitários centrar-se-ão fundamentalmente nas novas macro-regiões, e em grandes projectos transversais, estando fora do horizonte os apoios comunitários a pequenos projectos ou regionais, como no actual modelo. E que a Europa não teria espaço para mais de 5 ou 6 macro-regiões.

Foi, ainda, discutida a situação do Arco Atlântico, em desmembramento pelo desinteresse manifesto do Reino Unido, e que a nossa macro-região poderia ser a resultante da parte sul do Arco Atlântico, englobando as regiões atrás referidas, e com o peso político de três nações europeias, com a entrada das regiões francesas, em vez de apenas Portugal e Espanha.

11. Em todas aquelas reuniões foi distribuído um documento, que teve sempre por base o documento elaborado e validado em Portugal pelo Sr. Professor Valente de Oliveira, e que, obviamente, nas versões espanholas (traduções) recebeu alguns acrescentos de carácter e interesse mais regional, sem alterar a base do trabalho. Em todas as reuniões, manifestámos aos decisores políticos a nossa firme intenção e vontade de apresentar projectos e propostas sobre todos os 6 temas em apreço, independentemente da coordenação política dos mesmos, já acordada como acima referi. Finalmente, em todas as reuniões foi consensual a urgência do alargamento, em Portugal, à região Centro, pelas razões acima, e que é bem visto pelos espanhóis.

O Programa de acções a desenvolver

12. Na sequência daquelas acções, foi decidido preparar um programa de acção para estimular sinergias em relação ao desenvolvimento da Macro-região do Sudoeste Europeu.

Não se trata de elaborar um Plano de Desenvolvimento conjunto mas de ver, dentro de seis sectores previamente escolhidos, quais são as acções que podem contribuir para dar uma escala conveniente a domínios que precisam dela para abordar um mercado alargado ou aquelas que permitem estruturar sistemas a que faltam certas ligações para agregarem toda a Macro-região, permitindo assegurar a sua coesão e, por via dela, o seu desenvolvimento integrado.

Os seis sectores identificados são os seguintes:

- a) Cultura e Turismo;
- b) Ambiente e Energia;
- c) Educação, Universidades e Investigação;
- d) Emprego e Relações Laborais;
- e) Economia e Indústria;
- f) Transportes e Logística.

A coordenação dos tópicos (a) e (b) terá sido atribuída à Região do Norte de Portugal; a dos temas (c) e (d) à Galiza e a das áreas (e) e (f) a Castela-Leão. Entende-se, todavia, que todas as regiões participam na reflexão e elaboração de sugestões nos seis temas escolhidos.

A participação, para todas elas, deve envolver tanto as instâncias públicas regionais como as associações empresariais correspondentes. Assim, participarão a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, a Xunta de Galicia e a Junta de Castilla y León; pelo sector empresarial, estarão presentes a Associação Empresarial de Portugal (AEP), a Confederación de Empresarios de Galicia (CEG) e a Confederación de Organizaciones Empresariales de Castilla y León (CECALE).

No caso da Região do Norte, a AEP foi encarregada de coordenar o trabalho das Associações Empresariais Regionais que aderiram ao projecto.

Nos seis domínios escolhidos há muito trabalho feito que reclama somente um ordenamento e uma discussão que fundamentem a escolha de ideias de projectos. Em alguns casos haverá mesmo projectos que se podem apontar para inclusão em programas de acção. Noutros casos, será preciso desenvolver estudos que permitam esboçar protoprojectos que, uma vez esclarecidos os seus objectivos, as suas formas de acção e os seus custos, poderão passar à fase de projecto. O propósito maior desta fase é enunciar temas que poderão ser desenvolvidos como projectos que envolvam toda a Macro-Região. É essencial que, em relação a cada um deles, se enunciem as potenciais fontes de financiamento (público ou privado; comunitário, nacional e regional; BEI; etc.).

O enunciado de que agora se trata terá de avançar por iterações sucessivas.

Primeiro, tratar-se-á de fazer o rol do maior número de iniciativas possíveis. Nas fases seguintes eliminar-se-ão os que tiverem âmbito meramente regional (e não macro-regional), os que não contribuirão para a consolidação do sistema como tal e os que forem de dimensões desajustadas (ou muito grandes ou muito pequenas).

Começar-se-á por explicitar meramente os títulos de áreas interessantes, com um apontamento breve que justifique a sua inclusão, nomeadamente quanto aos seus objectivos. Os que merecerem ser retidos terão de ser objecto de uma descrição mais elaborada, da explicitação dos seus instrumentos de acção e, desejavelmente, de uma estimativa grossa dos seus custos. A seguir virão os refinamentos necessários para definir cada protoprojecto.

Esclarecidos os objectivos deste enunciado preliminar, pode-se dar exemplos de ideias que ajudem a servir de arranque ao exercício. Assim:

A. CULTURA E TURISMO

A.1. Elaborar inventários de elementos patrimoniais (tangíveis e intangíveis) que possam servir para a afirmação das culturas locais e para a estruturação de roteiros turísticos que ajudem a reter na Macro-região, por períodos mínimos de uma semana, turistas que venham do resto da Europa e do Mundo. Estão neste grupo:

a) Turismo religioso – locais e festas que, ao longo do ano, possam permitir a realização de circuitos diversos capazes de animar cidades para as quais a actividade possa contribuir para a formação de uma base económica interessante. Exemplos: Braga / Santiago de Compostela / ...; os caminhos de Santiago; ...

b) Turismo desportivo – a definição de circuitos interessantes para a prática do golfe, de actividades náuticas, de trilhos de montanha, de desportos radicais, etc.

c) Turismo cultural – a Macro-Região é rica de muitas marcas específicas que podem estruturar circuitos temáticos ou combinados: a cultura castreja, o romano, o românico, o gótico, o barroco; a arquitectura militar, as fortificações e os castelos; a História (a Guerra Peninsular, tendo em vista o mercado inglês; os romanos na Península; os grandes arquivos (Simancas, Braga, Santiago); a arqueologia (Pontevedra, Guimarães, Foz-Côa, ...).

d) Turismo vinhateiro: as grandes áreas de produção vinícola (o Douro, a Ribera-Duero, o Alvarinho, o Vinho Verde, ...). O reforço do conceito de "terroir". O vinho e a gastronomia.

A.2. Os museus existentes (Serralves, Santiago de Compostela, ...). Cooperação entre fundações com interesses comuns (Serralves, Barrié de la Massa, Fundação do Património Histórico de Castela e Leão (Valladolid...)). Fomentar encontros entre os organismos para definir e reforçar esta cooperação.

A.3. Os auditórios e as orquestras. A elaboração de programas gerais com capacidade de atracção à escala europeia (festivais em torno de um autor, de uma época ou de um instrumento (órgão de tubos, por exemplo)).

A.4. Simpósios em torno de autores com capacidade de atracção (Camilo José Cela, Torrente Ballester, Miguel Torga, Teixeira de Pascoaes, Emília Bazan, Miguel de Unamuno, ...) Ou de literatura contemporânea (Ex. Póvoa de Varzim [Correntes da Escrita], ...).

A.5. Cooperação entre fundações com interesses próximos (Serralves, Barrié de la Massa, ...). Fomento de encontros para definição e reforço dessa cooperação.

A.6. A Macro-região é rica de fontes termais. Trata-se de um recurso que deverá ser mobilizado quer em conjunto com outros, como o golf ou os percursos de montanha, quer no quadro de um turismo de repouso e de cura.

B. AMBIENTE E ENERGIA

B.1. Elaboração de um documento ordenador do litoral da Macro-Região (lado terra).

B.2. Elaboração de um plano de protecção ambiental do litoral da Macro-região. Rede de distribuição de centros de combate a derrames de hidrocarbonetos. Centros de apoio a acidentes. Formação de pessoal adequado (inspirar-se no Centro Jovellanos de Gijón ou, mesmo, contar com ele como parte da rede). Elaboração de manuais de combate comuns. Instalação de um observatório para a protecção do litoral, com base na rede de V.T.S. já instalada.

B.3. Elaboração de Normas de Execução Permanente no domínio da protecção contra incêndios florestais. Distinguir a prevenção do combate e dar prioridade à prevenção. Estabelecer uma quadrícula para apoio com meios de combate pesados. Desenvolvimento de uma política comum de protecção da floresta contra incêndios; definição de uma filosofia e extensão da forma de proceder concertada. Envolvimento das instituições relevantes. Estabelecimento de um observatório comum à Macro-Região.

B.4. Elaboração de uma carta das Áreas Protegidas da Macro-região. Definição dos propósitos de cada uma. Estabelecimento de órgãos de gestão articulados para as áreas protegidas transfronteiriças (Gerês-Xerez; Arribas do Douro; Montesinho, ...; etc.).

B.5. Elaboração de uma carta com referência aos riscos naturais da Euro-região (cheias, marés negras, etc.). Elaboração de uma carta com os riscos associados às grandes infra-estruturas (barragens, deslizamento de taludes artificiais;...).

B.6. Estabelecimento de procedimentos comuns no domínio da Protecção Civil.

B.7. O nemátodo do pinheiro está a atacar alguns povoamentos na área da Macro-região. Tem de haver uma operação maciça de abate. As árvores abatidas não podem ser usadas. Além de um programa fitossanitário à escala da Macro-região deverá ser elaborado um plano definindo uma grelha de pequenas centrais de biomassa localizadas no centro de gravidade das zonas de matas a abater selectivamente. Trata-se de um programa de largo escopo, uma vez que vai da investigação até à produção de energia.

B.8. Produção de biomassa ligada ao reordenamento florestal. Tanto este como a limpeza que a luta contra o nemátodo dos pinheiros irá disponibilizar grandes massas vegetais que não suportam custos de transporte muito grandes para serem transformados em energia. Haverá, assim, lugar para instalar unidades de produção de energia descentralizada, e, de certo modo, temporárias ou unidades de produção de “peletes”, estas mais robustas em relação às alcavalas dos transportes.

B.9. O reordenamento florestal implica a disponibilidade do cadastro dos proprietários florestais. Hoje dispõe-se de meios expeditos para avançar com o mesmo. Ele surge a montante de muitas acções, nomeadamente do imprescindível emparcelamento quer fundiário quer de exploração florestal. A situação da Região do Norte de Portugal não difere muito da da Galiza.

B.10. A produção de energias alternativas tem sido objecto de subsidiação sob formas diversas. Deve-se caminhar no sentido da retirada progressiva dos subsídios, tendo em vista a competição das diversas formas através dos valores reais dos seus custos.

B.11. As unidades mini-hídricas de produção de energia eléctrica são, simultaneamente, muito descentralizadas e mobilizadoras de um recurso que ficará improdutivo se não for aproveitado no local. Para isso é necessário haver uma simplificação burocrática e de procedimentos para o seu licenciamento, incluindo naturalmente, o licenciamento ambiental.

B.12. De modo paralelo as centrais fotovoltaicas até 1 Megawatt também devem ser objecto de simplificação no seu licenciamento. Isso faria com que muitas médias unidades fabris se dotassem de um modo que produção de energia que é praticável em Portugal e em Espanha. Além do mais, trata-se de uma forma descentralizada de produção de energia que pode ficar situada junto dos locais de consumo, evitando ou minimizando investimentos em infra-estruturas de transporte de energia.

B.13. Em relação à energia eólica dever-se-á favorecer a instalação de centrais na proximidade dos parques de estacionamento e carga dos transportes públicos eléctricos. Dever-se-á dar prioridade às instalações que visem o abastecimento de veículos eléctricos públicos em aglomerações urbanas “transfronteiriças” (Verin-Chaves; Valença-Tui; etc.). Os excedentes de produção de energia eólica devem ser conduzidos o mais possível para o “pumping-back” em barragens com centrais de energia hidráulica.

B.14. O aproveitamento de micro-algas alimentadas por CO₂ deve ser incentivado. A instalação dos respectivos tanques de engorda de algas (por CO₂) deve localizar-se junto de unidades fabris que produzam o CO₂ (cimenteiras, siderurgias, metalúrgicas, etc.)

B.15. Deve-se começar a fazer prospecção em relação aos xistos betuminosos susceptíveis de produzir "shale-gas". Na Polónia está em curso o aproveitamento de "shale-gas". Seria interessante começar a pensar num projecto transeuropeu de transporte de gás natural que atravessasse a União Europeia de Leste para Oeste, desde a Polónia à Ibéria, formando um anel com os actuais pipelines condutores de gás vindo da Argélia. Tratar-se-ia de um pipeline para gás conduzindo gás natural europeu através de uma "dorsal" no sentido E-W. Isso para aumentar a segurança e contribuiria para a redução de custos.

B.16. Apostar no desenvolvimento das energias renováveis como um dos factores de crescimento industrial aproveitando a oportunidade de um cenário de evolução do nosso modelo energético, dado os compromissos meio ambientais assumidos pela cimeira de Quioto e assegurar igualmente um fornecimento energético que hoje em dia depende de outros países, reduzindo a emissão de gases e gerando simultaneamente riqueza e emprego no território da Macro-Região.

B.17. Propomos a criação de um Parque Tecnológico Empresarial Transfronteiriço na área das energias renováveis e meio ambiente para dar lugar a iniciativas empresariais inovadoras e de grande valor acrescentado que tenham como objectivo principal da sua existência, a cooperação entre as universidades e os centros tecnológicos.

B.18. De igual modo, a evolução para uma melhor utilização destes recursos energéticos autóctones há-de compatibilizar-se com o desenvolvimento da implantação da "viatura eléctrica" propiciando desta forma, o armazenamento massivo da energia para a recarga nocturna da "viatura eléctrica", como chave para racionalizar os gastos.

E. ECONOMIA E INDÚSTRIA

E.1. Projecto GEOPORTAL

Dada a sua situação geográfica, Castela e León, Galiza e Portugal formam um triângulo estratégico, que pela sua localização, é conveniente para aproveitar o seu grande potencial logístico no âmbito do transporte de mercadorias. Não é em vão que, Castela e León são a porta de entrada das regiões Centro e Norte de Portugal para a Europa.

Apesar das Autoridades dos portos portugueses de Leixões, Aveiro e Figueira da Foz terem assinado acordos concretos com Castela e León para melhorar o fluxo de mercadorias em ambas as direcções, consideramos imprescindível potenciar este início de colaboração para impulsionar com mais afinco os intercâmbios económicos entre entidades e empresas de ambos os lados da fronteira. Para além dos portos, é essencial repensar e desenvolver as plataformas logísticas existentes, como a da Guarda e de Salamanca, interligando-as com os portos e com outras plataformas, através da ferrovia.

Neste sentido, no âmbito do Acordo de Cooperação Empresarial entre Castela e León e as regiões transfronteiriças de Portugal estabelece-se a promoção de um Geoportal que também deverá ser extensível à Galiza. A finalidade deste projecto será a de apoiar a gestão dos polígonos industriais localizados nestas regiões e ao mesmo tempo centralizar toda a informação relevante para otimizar a sua gestão.

O conselheiro de investimento da Junta de Castela e León, António Silván, e o presidente da Autoridade Portuária de Marín e Ría de Pontevedra, tiveram uma reunião no passado 1 de Março, para dar sequência ao convénio de colaboração subscrito entre ambas instituições e avançar com o desenvolvimento das actividades logísticas e de transporte conjuntas. Neste encontro decidiram impulsionar este tipo de actividades conjuntas no âmbito da Macro-Região RESOE.

E.2. Internacionalização

As empresas exportadoras de Castela e León já somam um total de 4.236, e segundo os dados do Instituto Espanhol de Comércio Externo (ICEX), as vendas para o exterior alcançaram em 2010, o número recorde de 10.500 milhões de euros, o que supõe um aumento de 12,4 % relativamente a 2009, perante um aumento em Espanha de 17,4%, até aos 185.799 milhões de euros. É a primeira vez na história que a Comunidade supera os 10.000 milhões de vendas ao exterior.

Para continuar este rumo de expansão, Portugal pode conceder a Castela e León uma ajuda crucial para entrada no Brasil, dadas certas características que ambos países partilham, como o caso do idioma comum. Como contrapartida, os empresários castelhano-leoneses com experiência na exportação podem assessorar os portugueses a adoptar boas práticas que melhorem o seu grau de internacionalização, na América Latina.

F. TRANSPORTES E LOGÍSTICA

F.1. Elaboração de uma rede de plataformas logísticas cobrindo a área da Macro-região. Deve-se especificar não somente a área de cada uma mas também os portos que são supostos abastecer ou escoar a carga nelas gerada, dentro do princípio de que cada área deve ser abastecida por, pelo menos, dois portos e cada porto deve estar ligado a mais do que uma plataforma. Deve-se também especificar a natureza de cada uma (pública, privada; nacional, regional, local; geral ou específica para um só produto; pertença de uma associação empresarial ou de outra entidade, etc.).

F.2. Estabelecimento de uma rede classificada de portos. Introduzir o conceito de sistema multi-porto. Associar a cada porto a rede multimodal que assegure a cobertura do seu hinterland (rodoviária e ferroviária). Estabelecer a lista de obras indispensáveis à concretização das cadeias logísticas multimodais que ligam os portos às plataformas logísticas e aos grandes centros produtores e consumidores. Dar particular ênfase às ligações ferroviárias aos portos.

F.3. Estabelecer um plano director da rede ferroviária de mercadorias da Macro-região. Não sendo natural que toda a rede ferroviária ibérica experimente uma mudança de bitola, o plano deve referir-se às melhorias de traçado e de equipamento que assegurem a maior fluidez de trânsito das cargas (Linhas bi-bitola e ou comboios de bitola variável).

F.4. Estabelecer os corredores nos quais circularão os comboios de alta velocidade para transporte de passageiros.

F.5. Estabelecer os pontos onde haverá a mudança de bitola, da ibérica para a europeia, dos comboios de carga. Esses pontos estarão, naturalmente, fora do território da Macro-Região.

F.6. Definir as obras necessárias para dispor de um terminal para a navegação ao longo do Douro e situado em Castela (Vega-Terrón). Estabelecer a rede de portos fluviais em território português. Enunciar as redes de escoamento para a definição do hinterland desse porto fluvial castelhano (ferroviário e rodoviário).

F.7. Definir a rede de aeroportos e de aeródromos (p.e. Vila Real) da Macro-Região. Em ligação com a primeira deverão ser estabelecidas as plataformas logísticas para a carga aérea que assegurarão as funções logísticas tradicionais para as mercadorias que justifiquem o recurso ao transporte aéreo.

F.8. Enunciar os trechos rodoviários que faltam para completar a rede de auto-estradas da Macro-região. O mesmo para as estradas principais que complementam a rede de auto-estradas.

Referir, nomeadamente, a conclusão de eixos rodoviários como as ligações do IC1 / IP1 e IP3 à Autovia das Rias Baixas (A-52) e do IP4 à Autovia Rota de la Plata (A-66).

Impõe-se o completamento da Auto-estrada entre Bragança e a fronteira, onde a ponte respectiva já está construída. Modernização da estrada que une o Porto (na zona do Lago de Sanabria, em Zamora) à N-525. Está prevista a sua realização no Protocolo de Colaboração Castela e Leão – Galiza.

A união do Alto Trás-os-Montes com o norte de Espanha, através da continuação da IP2 desde Bragança até Puebla de Sanabria, têm especial relevância para o desenvolvimento destas zonas.

F.9. Fomento de cursos de logística em diversas instituições de ensino superior politécnico e universitário. Partilha de boas práticas no campo da logística.

F.10. Estabelecer plataformas logísticas associadas aos aeroportos da região. Elas podem ser de carácter geral, como no Aeroporto Francisco Sá Carneiro ou especializado (pescado, p.e., como em Vigo). Tratando-se de espaços habitualmente sujeitos a grande pressão urbanística, convém reservá-los e ordená-los, complementando-os eventualmente com zonas de 2ª linha, quando necessário.

F.11. Criar Autoridades Metropolitanas de Transportes nas principais aglomerações urbanas da Macro-região, tendo em vista o fomento dos transportes públicos, a redução da “pegada” ambiental, a redução do recurso ao uso do automóvel, etc. Troca de experiências neste domínio, através da realização de Encontros Inter-regionais.